

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 114ª Reunião Ordinária da CT-PB – 10/02/2026 – 9h30
Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	José Augusto Aguiar (S)
AEAASV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (T)
ANA	Gonzalo Álvaro Vázquez (T)
ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (T)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Gustavo Arthur Mechlin Prado (S)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
DAE Jundiá	Maria das Graças Martini (T)
	Nádia Zacharczuk (S)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
P.M de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
SAAEJA	Silvana Turolla Broleze (T)
SANASA	Gustavo Arthur Mechlin Prado (T)
	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (S)
SEMAE	João Carlos Marconatto (S)
	Bianca Giuliani de Oliveira Alcântara (S)
	Natassia Bonini Vidas (S)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar (S)
	Sarah Janaína Menuzzo Quental (S)

Membros ausentes	
Entidade	
AEAP	
AESabesp	
CATI	
CETESB	
CODEN	
IGAM	
P.M de Campo Limpo Paulista	
P.M de Indaiatuba	
P.M de Louveira	
P.M de Várzea Paulista	

SAA
SAAE Salto
SABESP
SEMIL
UNICA

Membros ausentes com justificativa	
Entidades	
P.M de Jundiá	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Carolina Silva
	Eduardo Léo
	Ivens de Oliveira
	José Cezario
	Katia Cezarino
	Laice Correia
	Luclecia Soares
	Nathalia Corá
	Tainá Moura
Consórcio PCJ	Rosa Cardoso
	Francisco Lahóz
DAE Jundiá	Osmar Aparecido Raphael
EMBRAPA	Edislene Ruza
	Gabriella Lima
	Marcos Vicente
IPSA-C	Luiz Felipe
Semae	Leonardo Takuno

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos dez dias do mês de fevereiro de 2026, realizou-se no Auditório Paulo Choji Kitamura, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Jaguariúna/SP, a 114ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ.

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 03 de fevereiro de 2026. **2. Abertura da 114ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia do Rio Corumbataí (IPSA-C) e da Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente (Soridema) e coordenadora da CT-PB, que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 114ª Reunião Ordinária da CT-PB – 10/02/2026 – 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna/SP

agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. Após a abertura, a Sra. Raquel prosseguiu com os itens de pauta.

3. Informes: Na sequência, a Sra. Raquel passou para os informes: **3.1. da Coordenação:** **a)** A Sra. Raquel prestou solidariedade aos familiares e amigos pelo falecimento do Sr. José Roberto Fumach, que atuou como Prefeito de Itatiba/SP e Presidente do Consórcio PCJ. Destacou a representação ativa na CT-PB, reconhecendo o legado deixado por ele na gestão dos recursos hídricos; **b)** Deu as boas-vindas aos integrantes da 3ª edição do Movimento “[Jovem, vem para o PCJ](#)” (2025–2027), expressando a satisfação da coordenação com a presença dos jovens nas reuniões das Câmaras Técnicas. Destacou que a iniciativa visa promover a participação de jovens (de idade e de conhecimento) na gestão dos recursos hídricos das Bacias. **3.2. dos Membros:** A Sra. Raquel questionou os membros sobre os informes, mas não houve solicitações. **3.3. da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ:** O Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informações (CSI) da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou: **a)** o início do novo ciclo do Contrato de Gestão entre a Fundação PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com nova estrutura de participação na apuração de resultados e definição de metas. Destacou a atuação indireta da CT-PB no Indicador 3, referente ao enquadramento dos corpos d’água, bem como a realização de estudos conforme procedimento pactuado com a ANA e a previsão de metas associadas, incluindo capacitação sobre o tema no período de 2026 a 2030, com cronograma distribuído entre Câmaras Técnicas (CTs) e Grupos de Trabalho (GT), iniciando pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Bacias (GT-Acompanhamento) e, posteriormente, envolvendo os membros do Comitê PJ1, a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ e demais instâncias relacionadas. Nesse sentido, no dia 24/04/26 está prevista a realização de capacitação de enquadramento dos corpos d’água 2026, com participação aberta aos interessados, em que o conteúdo contará com a contribuição da Coordenadora de Qualidade de Água e Enquadramento, a Sra. Ana Paula Montenegro Generino, representante da ANA e da Sra.

Júlia Nunes, Analista Ambiental da Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), apresentando as experiências práticas; **b)** Com relação a atualização sobre a revisão do Plano de Bacias PCJ, o Sr. Eduardo Léo informou que, após consultas à CT-PB no final do ano passado, foram realizados ajustes pontuais no Termo de Referência (TR) e memorial de cálculo. Ressaltou que foi iniciado o trâmite interno na Fundação PCJ para a contratação de empresa especializada para consultoria e apoio no processo de revisão e atualização do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PBH PCJ), com desenvolvimento de propostas relativas à atualização do enquadramento de corpos d’água superficiais. Destacou a expectativa de finalizar o processo de contratação até o final do semestre, ressaltando que haverá criteriosa seleção das empresas com especial atenção à qualidade técnica; **c)** Informou que não houve evolução quanto ao Relatório de Situação, tendo em vista que a proposta apreciada no ano passado, em reunião conjunta da CT-PB e a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, permaneceu incompleta em razão da não disponibilização dos dados pela Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi), responsável pelos procedimentos e informações do relatório. Ressaltou que existem pendências relativas ao exercício anterior e assim que os dados forem atualizados, o tema será novamente submetido à CT-PB, inclusive para atualização do relatório de 2023. Esclareceu que, após o recebimento das informações, será elaborada versão revisada e com aprimoramento gráfico do documento. Acrescentou que está sendo tratada, junto à DRHi, a questão relacionada à divergência metodológica na estimativa de demanda, permanecendo no aguardo da publicação e atualização dos dados necessários. **3.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) iniciou os informes: **a) Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 114ª Reunião Ordinária da CT-PB – 10/02/2026 – 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna/SP

Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a [plataforma](#) da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o [e-mail](#) da Secretaria Executiva; **b) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou sobre o evento “Ações de Prevenção, Mitigação e Contingência diante da Probabilidade de Escassez Hídrica 2026”, organizado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no âmbito do GT-Estiagem. O evento, previsto para o dia 23/02/26, ocorrerá por videoconferência, e será transmitido no canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na plataforma [YouTube](#). Mais informações sobre os eventos organizados no âmbito dos Comitês PCJ estão disponíveis no site dos Comitês na seção de “[Eventos](#)”; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre as próximas reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: **i.** 99ª Reunião Ordinária Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no dia 06/03/26, às 9h30, no Auditório do Parque Moututonnée, em Salto/SP; **ii.** 35ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBHPCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 31/03/26, às 9h00, por videoconferência, com transmissão pelo canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ na plataforma [YouTube](#). Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **d) NewsComitêsPCJ:** Por fim, convidou aos membros para acessar a Newsletter Comitês PCJ, um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da

atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso por ser feito pelo [link](#). **4. Aprovação da minuta de Ata da reunião anterior:** A Sra. Raquel informou que a minuta da ata da 113ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 25/11/2025, por videoconferência, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Aprovação do Plano de Trabalho da CT-PB (2026-2027):** A Sra. Raquel relembrou o cronograma dos Planos de Trabalho das CTs. Explicou que foi dado um prazo de retorno das versões revisadas pela Secretaria Executiva e diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ às coordenações das CTs em 02/12/25. Comentou que a minuta do Plano de Trabalho (PT) da CT-PB para o biênio 2026-2027 foi enviada previamente aos membros junto da convocação, conforme prazo regimental. Explicou que esse documento compreende as seguintes categorias de ações: i. demandas da Secretaria Executiva (A); ii. temas para discussão da CT-PB (B) e iii. eventos (C). Informou que a única alteração realizada foi a transferência do evento previsto para setembro/2026 e ficou para setembro/2027, em razão do cronograma de revisão do Plano de Bacias. Esclareceu que todas as demais informações e atividades permaneceram inalteradas. Em seguida, abriu espaço para manifestações. Não havendo, colocou em votação a minuta do Plano de Trabalho da CT-PB (2026-2027), sendo aprovado por unanimidade. Complementarmente, informou que o documento será encaminhado à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e Plenários dos Comitês PCJ. **6. Relatório de Execução do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das Bacias PCJ 2021 a 2025 - exercício 2025:** O Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, destacou que, os últimos cinco anos foram marcados por incertezas financeiras, em razão de processo judicial envolvendo usuário pagador, com recursos depositados em juízo e liberados apenas após decisão judicial. Informou que após as negociações entre o Comitê PCJ, a Fundação Agência PCJ e a ANA, os pagamentos foram regularizados, havendo também a liberação de mais de R\$ 23 milhões referentes a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 114ª Reunião Ordinária da CT-PB – 10/02/2026 – 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna/SP

exercícios anteriores, o que alterou significativamente o cenário financeiro. Ressaltou que, em 2024, o ajuste na metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União resultou na suspensão temporária da emissão de boletos, situação que foi compensada pela liberação desses valores, caracterizando o período como de alternância entre restrição e ampliação de recursos, exigindo readequações estratégicas no planejamento financeiro. Relatou que foram realizadas revisões no Plano de Aplicação Plurianual (PAP), com mudança de estratégia para permitir a retomada do financiamento de obras e serviços de engenharia voltados ao saneamento e ao combate às perdas hídricas, tendo sido investidos, em 2024, mais de R\$ 20 milhões nessa área. Destacou avanços na consolidação da Política de Proteção de Mananciais, com investimentos expressivos em diversas ações, o aperfeiçoamento da rede de monitoramento hidrológico, ampliada sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e a retomada de projetos de educação ambiental promovidos pela Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ. Informou que, em Minas Gerais, no quinquênio, foram contratados e empenhados 85% dos recursos arrecadados, incluindo os rendimentos de aplicações financeiras, com desembolso de 70% do total, refletindo desempenho positivo no contrato de gestão com a ANA. Destacou que o período 2021-2025 foi encerrado com resultados satisfatórios, enfatizando o aprendizado institucional na execução do PAP com recursos da cobrança federal e a padronização de informações. Informou que o ciclo 2026-2030 já conta com PAP aprovado no âmbito dos Comitês PCJ. Ressaltou a expectativa de manutenção do desempenho alcançado e agradeceu a participação dos membros das CT-PB, CT-PL e do Plenário dos Comitês PCJ pelo trabalho conjunto desenvolvido nos últimos cinco anos. Em seguida, a Sra. Laice da equipe CSI/Agência PCJ apresentou um panorama do balanço do exercício de 2025 e do fechamento do ciclo 2021-2025, lembrando que o relatório foi previamente encaminhado aos membros para apreciação. Explicou que o PAP é um instrumento financeiro destinado a orientar a aplicação dos recursos provenientes da cobrança federal, estruturado conforme modelo da ANA, organizado em ações distribuídas em finalidades e programas, com horizonte de planejamento

quinquenal. Esclareceu que as quatro finalidades compreendem: i. Gestão de Recursos Hídricos voltada aos instrumentos de gestão; ii. Agenda Setorial com programas de execução finalísticos e articulação entre setores de usuários; iii. Apoio ao Comitê de Bacia (CBH) auxílio e suporte para o desenvolvimento de suas atribuições; iv. Manutenção do CBH e da Entidade Delegatária (ED) manutenção do custeio administrativo. Mencionou que a elaboração do relatório atende a [Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/2022](#), tendo sido encaminhado à CT-PB por meio de ofício em 26 de janeiro de 2026. No exercício de 2025, informou que foram autorizados R\$ 51 milhões, dos quais R\$ 31 milhões foram empenhados, correspondendo a 60%, e R\$ 12 milhões desembolsados no período, equivalentes a 39% do empenhado. Destacou que a finalidade “gestão de recursos hídricos” concentrou os maiores investimentos, especialmente no programa de Monitoramento Hidrometeorológico, com R\$ 6 milhões empenhados. Já o programa de “Gestão da Demanda” não apresentou execução em razão do remanejamento da contratação para 2026. Quanto ao desembolso, informou previsão de R\$ 37 milhões, com execução de aproximadamente R\$ 25 milhões, representando 68%, sendo a finalidade “Gestão de Recursos Hídricos” a de maior volume desembolsado, além dos programas de proteção e conservação de recursos hídricos e ações finalísticas do Comitê. No balanço do ciclo 2021-2025, registrou que, dos R\$ 161 milhões autorizados para empenho, foram efetivamente empenhados R\$ 138 milhões, alcançando eficiência de 85,6%, com destaque para a Agenda Setorial. Quanto ao desembolso quinquenal, informou previsão de R\$ 174 milhões e execução de R\$ 123 milhões, correspondente a 70,7%, sendo as finalidades gestão de recursos hídricos e agenda setorial as de maior volume executado. Ressaltou como desafios a morosidade em processos licitatórios, necessidade de aprimoramento de escopos, variações no ritmo de desembolso e dificuldades na apuração de metas físicas. Para os próximos exercícios, registrou a padronização da metodologia de planejamento financeiro com foco em desembolso, aprimoramento de fluxos internos, acompanhamento da execução física das ações do PAP 2026-2030 e fortalecimento da comunicação institucional. Por fim, lembrou que o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 114ª Reunião Ordinária da CT-PB – 10/02/2026 – 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna/SP

PAP 2026-2030 foi aprovado pela [Deliberação nº 525/2025 dos Comitês PCJ](#), com estimativa de arrecadação bruta de R\$ 175 milhões, rendimentos financeiros de R\$ 17 milhões e saldo de operações financeiras, totalizando R\$ 235 milhões, frente a uma estimativa de desembolso de R\$ 212 milhões, resultando em saldo remanescente destinado a reserva para imprevistos, no valor de R\$ 21 milhões, e à previsão de rescisões, no montante de R\$ 1,2 milhão. Complementando, o Sr. Eduardo Léo ressaltou que o desembolso, que anteriormente não era o foco central das análises, passa a constituir o principal ponto de atenção no novo ciclo do PAP. Ressaltou que, ao longo do ciclo anterior, os relatórios de execução foram apresentados anualmente com avaliação consolidada do período, adotando metodologia e glossário próprios, com maior ênfase no acompanhamento dos empenhos. Informou que, a partir das orientações da ANA, o desembolso passou a receber maior atenção, sendo incorporado de forma mais estruturada aos relatórios. Nesse sentido, a partir do novo ciclo, haverá reformulação da linguagem, dos termos técnicos, da organização dos conteúdos e da metodologia apresentada à CT-PB, mantendo a periodicidade anual de prestação de informações. Ressaltou que será intensificado o controle sobre os valores transferidos para investimentos e ações finalísticas, com acompanhamento mais próximo dos resultados. Informou que o fluxo de encaminhamento dos relatórios será mantido, sendo enviados primeiramente à CT-PB e, na sequência, à CT-PL. Ressaltou que, além do aspecto financeiro, será dada maior ênfase ao monitoramento físico e finalístico das ações executadas. **7. Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 - Ano de análise: 2025:** O Sr. Eduardo Léo fez uma breve contextualização sobre o Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035. Ressaltou que, além do Relatório do PAP, que analisa a aplicação dos recursos da cobrança federal e o desempenho financeiro das ações financiadas, é necessário avaliar o Plano de Bacias como um todo. Destacou que o conjunto de ações previstas no Plano é mais amplo do que aquelas custeadas pela cobrança pelo uso da água, exigindo acompanhamento específico quanto à sua execução. Informou que, desde

2023, vem sendo adotada metodologia padronizada da ANA para monitoramento físico das ações previstas, tendo sido elaborado relatório parcial no final do ano anterior. Informou que no início do corrente ano, foi possível concluir a análise referente ao período de janeiro a dezembro de 2025, contemplando o balanço das ações realizadas e não realizadas. Acrescentou que, além da metodologia da ANA, é realizada avaliação específica das metas do setor de saneamento, em razão de sua relevância e de seus reflexos no enquadramento dos corpos d'água, com atualização das informações comparando o previsto e o efetivamente observado. Em seguida, a Sra. Katia Cezarino, da equipe CSI/Agência, informou que o relatório vem sendo apresentado desde 2023, tendo sido exposto parcialmente ao longo de 2025 e após o encerramento do exercício, revisado com ajustes pontuais. Relembrou que o relatório foi apresentado em outubro e novembro na 112ª Reunião Ordinária da CT-PB e na 15ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB, quando foi aberto prazo para contribuições até 30 de outubro de 2025, sem recebimento de manifestações. Esclareceu que, em janeiro/2026, foi realizada nova validação e atualização dos dados em razão do fechamento do exercício, sendo as informações reapresentadas para apreciação da CT-PB e posterior publicação no [site](#) da Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme procedimento anual. Quanto ao Plano de Ações, informou que o Plano de Bacias contempla 120 ações, cada uma avaliada individualmente em seu andamento, independentemente da fonte de recursos e seguindo os critérios do manual da ANA, classificadas conforme o status de execução. Registrou que o número de ações classificadas como “não executadas” subiu de seis para oito devido ao encerramento do primeiro ciclo de implementação (2020-2025). Esclareceu, entretanto, que tal classificação não reflete necessariamente uma ausência de atividades, mas sim decisões estratégicas de não continuidade ou de não realização de novas contratações. Destacou que, 62 ações permanecem em execução, número considerado expressivo diante do horizonte do Plano até 2035, e que o relatório subsidiará o processo de revisão, podendo resultar em ajustes no conjunto de ações. Informou que, entre as ações classificadas como não executadas, estão aquelas relacionadas ao monitoramento de recursos hídricos,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 114ª Reunião Ordinária da CT-PB – 10/02/2026 – 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna/SP

cujas contratações de plano integrado foram revistas diante da priorização do uso de bases de dados já existentes. Além disso, a ação referente ao plano de comunicação para operações emergenciais em barragens foi reclassificada, considerando entendimento de que deverá ser conduzida pelos órgãos estaduais. Da mesma forma, a ação relativa ao estudo para articulação entre CBHs visando à pactuação de condições de entrega, teve as discussões interrompidas, aguardando desdobramentos do Programa IntegraBacias no Estado de São Paulo. Destacou que essas definições subsidiarão a revisão do Plano, inclusive quanto à eventual redefinição de prazos ou de executores, permanecendo expressivo o número de ações em execução. Em seguida, os membros discutiram o Plano de Ações, abordando aspectos relacionados ao andamento das ações, aos critérios de classificação e às perspectivas no contexto do processo de revisão. Nesse sentido, o Sr. Eduardo Léo enfatizou que, embora o plano contemple 120 ações no horizonte de 2020 a 2035, muitas ações possuem caráter contínuo e não têm previsão de conclusão definitiva, como é o caso da manutenção da rede meteorológica e dos mananciais, que devem permanecer permanentemente em execução e avaliação. Esclareceu que diversas dessas iniciativas integram o grupo de ações solidárias da bacia do Tietê, abrangendo discussões que extrapolam o âmbito do PCJ, especialmente quanto a monitoramento e pontos de entrega, as quais vêm sendo tratadas em instâncias próprias do Tietê ou em outros fóruns articulados para sua execução. Na sequência, o Sr. Ivens sugeriu a realização de exercício de organização das ações por períodos de curto, médio e longo prazo, a fim de apresentar maior clareza quanto ao que era previsto para cada etapa e ao que já foi efetivamente executado em cada recorte temporal. Encerrada as discussões e esclarecimentos, a Sra. Carolina Silva, da equipe CSI/Agência apresentou a atualização das metas do setor de saneamento no relatório, desde a versão exposta em outubro. Esclareceu que, no estado de São Paulo, os dados relativos à coleta e ao tratamento de esgoto e à eficiência de remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) são provenientes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), enquanto, para Minas Gerais, são utilizados dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico

(SINISA), sendo este também a fonte para informações sobre perdas de água. Informou que os dados do SINISA já estavam publicados e os da Cetesb foram obtidos por cooperação e posteriormente publicados oficialmente no início do ano, tendo sido validados sem alterações nos valores. Ressaltou que não houve contribuições dos membros no período. Relatou que, em reuniões internas, deliberou-se pela inclusão de novo dado referente ao tratamento de esgoto, acrescentando análise do percentual de esgoto tratado em relação ao esgoto gerado, além do indicador já previsto no Plano, que considera o esgoto tratado em relação ao esgoto coletado. Explicou que a inclusão visa evitar interpretações distorcidas em casos de municípios com alto índice de tratamento do esgoto coletado, mas baixa cobertura de coleta. Esclareceu que esse novo indicador não constitui meta formal do Plano de Bacias, mas foi incluído em anexo para fins de análise comparativa. Apresentou que, em São Paulo, considerando o tratamento do esgoto coletado, 39 municípios atingiram a meta e 18 não atingiram; já em relação ao esgoto gerado tratado, 30 municípios atingiram a meta e 27 não atingiram. Em Minas Gerais, os resultados permaneceram equivalentes para ambos os indicadores, com um município atingindo a meta, dois não atingindo e um sem informação disponível. Informou que o relatório também classifica os municípios que não atingiram as metas conforme a distância em pontos percentuais, detalhando a distribuição por faixas de até 5, de 5 a 10, de 10 a 15 e acima de 15 pontos. Contextualizou que, conforme previsto no relatório anterior, foram realizadas, no início de 2025, visitas a municípios com maiores dificuldades no cumprimento das metas de saneamento, ocasião em que foram apresentadas as metas do Plano de Bacias, reforçada a importância de alinhamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico e divulgadas oportunidades de captação de recursos junto à Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Eduardo Léo ressaltou que o relatório de execução do PAP e o relatório de implementação do Plano são instrumentos relevantes para subsidiar o processo de revisão do Plano de Bacias. Destacou que, a análise dos resultados permite avaliar se o conjunto de ações é adequado, se há necessidade de agregação ou reorientação de estratégias, inclusive quanto à capacidade de execução e ao

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 114ª Reunião Ordinária da CT-PB – 10/02/2026 – 9h30

Embrapa Meio Ambiente – Jaguariúna/SP

direcionamento dos recursos financeiros, considerando dificuldades recorrentes, como entraves em processos licitatórios e a necessidade de melhorar a delimitação de objetos. Mencionou que, o balanço do setor de saneamento também deve contribuir para a revisão, inclusive com a proposta de traçar o perfil dos municípios que não atingem as metas, identificando estratégias, boas práticas e o grau de incorporação das metas do Plano de Bacias nos Planos Municipais de Saneamento Básico, bem como aspectos geográficos e questões relacionadas à eficiência dos serviços. Enfatizou que o conjunto das análises financeiras e técnicas deve servir como aprendizado para o próximo ciclo do Plano. Em seguida, informou que o processo de revisão entrará em fase licitatória, atualmente em etapa interna de pesquisa de preços e ajustes técnicos, estimando a conclusão dessa fase em até dois meses, quando então será iniciada a etapa pública da licitação, com divulgação do edital e das regras para participação das empresas interessadas. Na sequência, o Srs. Flávio Forti Stenico e Francisco Lahóz, representantes do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), e o Srs. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura de Holambra (P.M de Holambra), Eduardo Léo, e as Sras. Raquel e Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite, representante da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Valinhos (AEAAV) comentaram sobre: **i.** importância de verificar as dificuldades dos municípios com as metas de saneamento; **ii.** suprimento hídrico; **iii.** renovação da outorga; **iv.** plano diretor; **v.** uso e conservação do solo; **vi.** planos de macrodrenagem por sub-bacia que dialogam com os problemas regionais. Após as manifestações e contribuições dos membros, a Sra. Raquel agradeceu e passou para o próximo item de pauta. **8. Outros assuntos:** A Sra. Raquel questionou aos membros sobre outros assuntos e não houve manifestações. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a debater, a Sra. Raquel Eliana Metzner, coordenadora da CT-PB, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora da CT-PB

Gustavo Arthur Mechlin Prado
Coordenador-adjunto da CT-PB